

## Desastres ambientais vão para a conta do agro, diz ministro

Categories : [Reportagens](#)

O agronegócio brasileiro não tem nada a ganhar e tudo a perder com as flexibilizações do licenciamento ambiental e da lei dos agrotóxicos, que podem ser votadas nos próximos dias na Câmara dos Deputados por pressão da bancada ruralista. Quem diz é o ministro-substituto do Meio Ambiente, Edson Duarte, 52.

Segundo o ministro, o pleito central dos ruralistas na questão do licenciamento, a dispensa para a agropecuária extensiva, já havia sido atendido pelo texto negociado com os deputados pelo seu antecessor, Sarney Filho (PV-MA).

A proposta de acordo, porém, foi renegada pela Frente Parlamentar da Agropecuária, que defende um outro projeto de lei que amplia isenções e deixa na mão de Estados e municípios a definição dos critérios de rigor para as licenças.

Os ruralistas afirmam que brigam pela desburocratização do licenciamento. Duarte alerta: “O atalho pode tornar a estrada mais longa.” Para o ministro, enfraquecer esse instrumento é um risco para o setor produtivo.

“Além da judicialização alta, a flexibilização vai trazer para a conta do setor uma imagem que vai ser muito prejudicial”, diz. “Porque, se tivermos daí para a frente algum problema com os nossos biomas e alguns impactos e acidentes ambientais, isso certamente irá para a conta do movimento de flexibilização da legislação.”

“Se tivermos daí para a frente algum problema com os nossos biomas e alguns impactos e acidentes ambientais, isso certamente irá para a conta do movimento de flexibilização da legislação. E isso é perigoso.”

Sobre a lei de agrotóxicos, que pode ter seu enfraquecimento votado nesta segunda-feira (14) numa comissão especial, Duarte alerta tratar-se de outro “tiro no pé” do setor rural, que pode ensejar ações protecionistas de países que comprem nossas commodities – na esteira de problemas recentes do Brasil com as exportações de carne e frango.

Baiano de Jacobina, Duarte foi deputado federal pelo PV de seu Estado e assessorava Sarney Filho, que deixou o ministério em abril para tentar mais um mandato parlamentar. Ele assumiu em caráter interino, em meio a tentativas dos ruralistas de emplacar nomes ligados ao setor para o Meio Ambiente. Mas vem agindo como se efetivo fosse: na última semana, iniciou com a equipe do ministério uma mobilização nacional pelo combate ao desmatamento na Amazônia.

O plano inclui idas a campo para prestigiar os fiscais do Ibama e o envio de mais de 30 mil cartas e e-mails a proprietários rurais de áreas críticas na Amazônia, alertando-os de que os satélites estão vigiando a região e que desmatamento ilegal será punido.

“É para fazer o contraponto à possível ideia de que troca de ministro, ano eleitoral e mudanças na legislação que estão ocorrendo no Congresso possam servir de estímulo a uma caça ao ouro.”

Também tem feito articulações com outros ministérios para tentar trazer a Conferência do Clima da ONU de 2019, a COP25, para o Brasil. A proposta foi feita por seu antecessor, mas esbarrou no veto da Venezuela.

Em entrevista ao OC, Duarte falou sobre Congresso, Executivo e os planos do ministério para o restante do governo Temer. Leia a entrevista.

\*

### **O Brasil vive uma ofensiva ruralista sem precedentes ou sempre foi assim e a reação do Executivo é que era outra?**

“O atalho pode tornar a estrada mais longa. Flexibilizar na legislação pode levar a uma judicialização maior.”

Não é novidade esse movimento do setor agropecuário e de outros setores dentro do Congresso. O setor agropecuário sempre teve uma representação numerosa, basicamente com o mesmo número. Nos últimos anos, avançou muito na sua organização, nas suas articulações com respeito à votação de pautas no Congresso Nacional. Só que, ultimamente, a gente tem discutido com membros dessa bancada que nem todo projeto que parece ter uma cara de favorecimento ao setor agropecuário, fazendo um enfrentamento com o meio ambiente, é benéfico ao setor.

### **Pode dar um exemplo de projeto que é prejudicial ao setor produtivo?**

Eu citaria dois projetos cujo momento é inoportuno e podem ser um tiro no pé para o setor: a lei de agrotóxicos e o licenciamento ambiental.

Recentemente tivemos problemas sérios ligados à carne e ao frango. Foram problemas relativos a alguns [produtores], mas que acabaram trazendo um prejuízo generalizado.

### **O sr. está falando da Operação Carne Fraca?**

Da Carne Fraca e, mais recentemente, de problemas que aconteceram com o frango [em abril, a União Europeia embargou 20 frigoríficos, o que pode afetar até um terço das exportações

brasileiras]. E isso acabou causando um prejuízo do qual o setor ainda não se recuperou. Num momento em que o esforço nacional é dizer que estamos, sim, corrigindo eventuais falhas no processo de fiscalização e o problema não se repetirá, o Congresso vem e vota essas duas matérias que sinalizam uma possível flexibilização de duas salvaguardas importantes na área ambiental, o [controle do] agrotóxico e o licenciamento. Isso pode passar um recado ruim lá para fora, assim como para dentro do próprio país. Pode dar motivação a um movimento protecionista que vem crescendo no mundo. E a questão ambiental, e sobretudo a flexibilização de instrumentos de segurança no que diz respeito à qualidade do alimento, que é o caso do agrotóxico, que pode afetar diretamente a saúde, isso pode, sim, ensejar boicotes, bloqueios, suspensão de acordos comerciais.

**Mas aí há duas questões. Uma o quanto essas pessoas no Congresso representam de fato o setor rural e a outra é que, sempre que se trata de desregulamentar, as divisões internas desaparecem e eles votam todos em bloco.**

“Num momento em que o esforço nacional é dizer que estamos, sim, corrigindo eventuais falhas no processo de fiscalização e o problema não se repetirá, o Congresso vem e vota essas duas matérias que sinalizam uma possível flexibilização de duas salvaguardas importantes na área ambiental, o [controle do] agrotóxico e o licenciamento.”

É da cultura, é histórico. Se é para desregular você tem a simpatia de um grande grupo. E há a ideia de que, se é para regular, é para criar dificuldades. Precisamos buscar sempre o meio termo. Não precisa necessariamente burocratizar, mas que isso jamais signifique flexibilização dos cuidados. Porque o atalho pode tornar a estrada mais longa. Flexibilizar na legislação pode levar a uma judicialização maior. E isso não significa agilidade, pelo contrário, aí sim, os processos vão ficar mais longos.

**No licenciamento, há um projeto que vem sendo construído pelo Ministério do Meio Ambiente, e a gente achava que tivesse aceitação da bancada ruralista, e que já previa isenção para atividade agropecuária.**

O acordo possível de ser construído foi aquele em que o setor agropecuário extensivo não teria a exigência do EIA-Rima [Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente], mas essa dispensa exigiu o cumprimento de uma série de legislações que o EIA-Rima iria pedir, em relação ao solo, a agroquímicos, a reserva legal, área de preservação permanente. A dispensa não significou uma flexibilização dos controles legais que existem hoje.

**O problema é que a bancada ruralista não reconhece mais esse projeto.**

“Eu acho que o setor não ganha, mas perde. Uma flexibilização para as outras áreas não vai dar nada ao setor rural. É um pseudo-ganho, porque, além da judicialização alta, a flexibilização vai

trazer para a conta do setor uma imagem que vai ser muito prejudicial. Porque, se tivermos daí para a frente algum problema com os nossos biomas e alguns impactos e acidentes ambientais, isso certamente irá para a conta do movimento de flexibilização da legislação.”

Não reconheceu. E não reconheceu porque outros setores, que não têm representantes tão organizados e numerosos quanto a bancada rural, pegaram carona, e a bancada rural vem percebendo que aquilo que ela vem tensionando hoje não lhe interessa diretamente. Outros setores, ligados a estradas, construção civil, saneamento e outros mais, estão pegando carona. De tal forma que há movimentos dentro do setor rural dizendo que, se flexibilizar a lei de forma generalizada, que é o movimento hoje existente, a conta vai ficar para o setor.

**Mas eles parecem confortáveis com isso, não? Porque o projeto de licenciamento do Senado, de autoria do senador ruralista Acir Gurgacz (PDT-RO), é cópia-carbono do texto que a Confederação Nacional da Indústria circulou semanas atrás.**

Eu tenho conversado com muitos, feito alertas, e tenho sido muito bem recepcionado nesses alertas. Eu acho que o setor não ganha, mas perde. Uma flexibilização para as outras áreas não vai dar nada ao setor rural. É um pseudo-ganho, porque, além da judicialização alta, a flexibilização vai trazer para a conta do setor uma imagem que vai ser muito prejudicial. Porque, se tivermos daí para a frente algum problema com os nossos biomas e alguns impactos e acidentes ambientais, isso certamente irá para a conta do movimento de flexibilização da legislação. E isso é perigoso. Não só para o meio ambiente, mas para o ambiente de negócios. Para o emprego, para quem está investindo, e para a imagem do setor, que é importante sobretudo para quem exporta.

**A Frente Parlamentar da Agropecuária está sendo inocente útil nessa história?**

A FPA entrou nessa, mas acho que vários dirigentes já percebem que eles só têm a perder com esse movimento. Que a melhor proposta para o Brasil é o acordo que nós fizemos, exatamente com a FPA.

**Que acordo é esse?**

O acordo do projeto que nós construímos, que estabelece três elementos combinatórios para definir o que é licenciamento simplificado e o que tem EIA-Rima: o porte, o potencial poluidor e a localização do empreendimento. E que tem um único caso de dispensa, à agropecuária extensiva, mediante o cumprimento de uma lista de normas legais já existentes. O Executivo já cumpriu sua parte no que diz respeito ao projeto do licenciamento. Nossa parte foi oferecer uma proposta como contraponto a um movimento que existia dentro do Congresso. O ministro Sarney Filho liderou um movimento, com apoio da Presidência da República, de chamar todos os atores dentro e fora e isso foi feito, durou um ano e meio e chegamos a um texto. O problema são as alterações que

estão propondo agora a esse texto.

### **Então sobre essas alterações não tem conversa com o Ministério do Meio Ambiente?**

Não tem, porque essas alterações não favorecem o Brasil, nem o meio ambiente, nem a sociedade, nem os empresários.

### **O governo desde 2011 vem perdendo o controle sobre os ruralistas na Câmara. Hoje o Executivo tem bala na agulha para barrar uma votação dessas?**

“Da nossa parte, não venceremos a guerra enquanto não nos aliarmos com um setor que entenda que meio ambiente e produção são dois lados de uma mesma moeda.”

Todo governo tem altos e baixos em sua relação com o Parlamento. A representação política brasileira mudou muito nas últimas décadas. Aumentou muito a representação partidária, aumentou a subdivisão dentro dos partidos e dos grupos de interesse representados. E isso fica muito difícil dentro de um parlamento gigante como é o do Brasil. Por outro lado, nosso modelo eleitoral favorece a eleição de candidatos que representam interesses locais, paroquiais, não necessariamente linhas ideológicas. Essa complexidade da relação institucional brasileira cria naturalmente uma dificuldade para o Executivo fazer essa gestão.

### **Ou seja, vai ter que ser na conversa.**

Vai. Não há nenhum outro instrumento que funcione que não seja o convencimento. Entender a agenda ambiental como adversária e ver no meio ambiente o grande problema do setor produtivo brasileiro é um equívoco e alguns setores poderão pagar caro por ele. Da nossa parte, não venceremos a guerra enquanto não nos aliarmos com um setor que entenda que meio ambiente e produção são dois lados de uma mesma moeda.

Vou dar um exemplo: no ano passado, o setor de grãos bateu um recorde de safra. E o principal fator foram condições climáticas favoráveis. Não foi crédito, nada. Foi clima. Aumentar o desmatamento na Amazônia é continuar apostando na mudança do regime de chuvas no Brasil, das condições climáticas do país, e isso pode ser desastroso para parte significativa da produção brasileira.

### **Falando em desmatamento: o desmatamento cresceu 248% em março segundo os dados do Imazon. E estamos em ano eleitoral e é isso mesmo o que acontece se não fizermos nada adicional. O que o governo está fazendo para evitar mais uma alta?**

Primeiro, mantendo uma política rígida, firme e forte de comando e controle. Isso se dá com boa parte do efetivo do Ibama e do ICMBio, o fortalecimento de nossas relações com outras forças de

segurança e com o Ministério Público. Estamos atuando em todos os biomas, mas com prioridade para a região amazônica e as áreas mais críticas. Não estamos tendo problema orçamentário.

“Eu estou indo até o setor produtivo, dialogando com sindicatos rurais, com os governos estaduais, com os produtores e veículos de comunicação deles, dizendo: não deixe que a atividade criminosa na Amazônia se associe ao agronegócio que cumpre a lei. O que ocorre na Amazônia é crime, tem que ser tratado como crime, é caso de polícia.”

Além disso, estamos trabalhando numa campanha chamada Mobilização Nacional pelo Combate ao Desmatamento Ilegal, com os seguintes eixos: comando e controle, presença da presidente do Ibama e minha em campo, estimulando os fiscais para esse trabalho, que é de alto risco, e um trabalho de mobilização social e institucional. Eu estou indo até o setor produtivo, dialogando com sindicatos rurais, com os governos estaduais, com os produtores e veículos de comunicação deles, dizendo: não deixe que a atividade criminosa na Amazônia se associe ao agronegócio que cumpre a lei. O que ocorre na Amazônia é crime, tem que ser tratado como crime, é caso de polícia.

É por isso que estamos enviando correspondências a toda a região, a todos os produtores nas áreas mais críticas dizendo que estamos acompanhando por satélite passo a passo o movimento do desmatamento e que desmatar pode ser feito desde que na legalidade, portanto procure autorização.

### **São cartinhas, mesmo?**

Estamos encaminhando e-mails e cartas e estudo de campo para medir o impacto junto aos proprietários.

### **Desde quando?**

Agora. Acabou de sair esta semana a primeira leva, a gente estima que deverão vir umas 30 mil ou 40 mil correspondências nas regiões mais críticas. Estamos enviando aos produtores dos municípios críticos, autoridades locais e mandando mensagens a todos os blogs, rádios e jornais das regiões mais críticas, dizendo: “Procurem atuar de forma legal. Esta é uma região crítica e, portanto, os órgãos de fiscalização estarão acompanhando”. É para fazer o contraponto à possível ideia de que troca de ministro, ano eleitoral e mudanças na legislação que estão ocorrendo no Congresso possam servir de estímulo a uma caça ao ouro.

### **Havia uma pressão muito grande para indicar quem ocuparia essa cadeira na transição. Essa pressão arrefeceu?**

“Quem não está dentro [do CAR] é porque não se interessou. Portanto, para que discutir

prorrogação para quem não está interessado e não tem necessidade? Temos 5 milhões de cadastros, o que já nos permite trabalhar muito.”

Eu fiquei muito feliz em ver tantos movimentos querendo indicar o ministro do Meio Ambiente. Sinal de que é uma área importante e estratégica. A partir do momento em que eu me sentei aqui, minha única preocupação foi atuar em dois campos: um, o combate ao desmatamento, porque eu chego exatamente no momento em que se abre uma janela para uma corrida ao ouro do desmatamento na Amazônia. E o segundo é consolidar os instrumentos que estão em fase de maturação. Já concluímos o povoamento do CAR [Cadastro Ambiental Rural] e agora trabalhamos no PRA [Programa de Regularização Ambiental] e tentando consolidar a CRA [Cota de Reserva Ambiental]. Isso vai nos garantir que, ao final do governo Temer, um modelo de gestão ambiental no Brasil fique tão bem consolidado que, venha a governar quem vier, no Brasil e nos Estados, dificilmente terá condições de reverter.

**O prazo para os proprietários aderirem ao CAR acaba dia 31. Ele já foi prorrogado três vezes. Há alguma pressão por mais uma prorrogação?**

Não vejo demanda, não vejo necessidade. Quem não está dentro é porque não se interessou. Portanto, para que discutir prorrogação para quem não está interessado e não tem necessidade? Temos 5 milhões de cadastros, o que já nos permite trabalhar muito. Esse povoamento era considerado impensável e nós conseguimos. Isso se torna fundamental para consolidar políticas de fiscalização e controle, mas sobretudo de consolidação de uma política de apoio aos produtores em reserva legal e APP, que somam quase 100 milhões de hectares.

**A Venezuela se opôs formalmente ao Brasil como sede da COP25, e muita gente no governo também, é contra, alegando custo alto. O sr. teria uma conversa no Itamaraty a esse respeito na semana passada. Essa conversa aconteceu? Qual foi o resultado? O que dá para fazer?**

Estamos trabalhando desde o momento em que o Sarney Filho anunciou a intenção do Brasil em sediar a COP. Naquele momento o ministro tinha a sinalização do governo como interessado na pré-candidatura. A consolidação da candidatura exige algumas medidas. Uma delas é a concordância regional. E essa concordância não aconteceu com o veto venezuelano. Com o veto não é possível. Nós estamos trabalhando junto ao Itamaraty nos desenhos possíveis, tentando entender quais as possibilidades de contornar o veto. Mas já começamos a fazer um trabalho interno como se o veto não existisse. Tanto que solicitei uma reunião com o ministro do Planejamento sobre as condições orçamentárias de fazer o evento. Caso o conjunto de medidas externas e internas não favoreça [a COP], a única saída é a chamada troca de senhas, em que, não sendo na região em razão do veto venezuelano, haveria uma troca com outra região e o Brasil se candidataria para a COP seguinte, com mais prazo para fazer os contornos diplomáticos necessários.

[ [SVG: logo](#) ]

*Republicado do [Observatório do Clima](#)  
através de parceria de conteúdo.*

### **Leia Também**

<http://www.oeco.org.br/noticias/nao-podemos-repetir-copenhague-diz-brasileiro/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/ate-nas-ferias-a-gente-ferra-o-planeta/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/reduzir-ucs-no-amazonas-e-ruim-para-o-brasil-afirma-sarney-filho/>